

Introdução

Quando as parcerias que construímos em campo se tornam textos: por uma antropologia partilhada¹

Sara Morais²
Andréa Lobo³

(...) as relações estabelecidas no campo são bastante complexas e envolvem não apenas desigualdade, mas também respeito e esforços genuínos de escutar e entender através das diferenças.

O processo de pesquisa não apenas é aberto, como incerto. O que se tem que aceitar é a incerteza e a fragilidade dos discursos, a indeterminação dos lugares, apesar de todos seus determinantes. Partir dessa indeterminação e dessa fragilidade é o que abre possibilidades para experimentos, transgressões, e invenções que deslocam questões e podem produzir novo conhecimento, mesmo que sempre contestável.

(Caldeira, 2021, p. 27, 43)

1 Agradecemos aos/às colegas Ana Clara Damásio, Francisco Miguel, Gabriel Tardelli, Lara Noronha, Thaís Fonseca Cruz, Vinícius Venancio e Yssyssay Rodrigues pelas leituras atentas e críticas que nos fizeram repensar algumas partes do texto. O conteúdo aqui apresentado é, obviamente, de nossa inteira responsabilidade.

2 Beneficiária do financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/11228-1.

3 Agradecemos à FAP-DF pelo financiamento de diversas das pesquisas de autores/as que compõem esta coletânea.

Esta coletânea de artigos escritos a várias mãos é resultado de anos de parceria e amizade entre nós, suas organizadoras, e entre nós e os/as diversos/as dos/as autores/as que aqui contribuíram. O objetivo mais amplo do livro é tornar públicas as potencialidades dos diálogos que as pesquisas realizadas em contextos africanos têm propiciado para pesquisadores/as, interlocutores/as e colegas os quais, por meio de esforços de pesquisa etnográfica, encontram-se, colaboram, trocam e constroem conhecimentos de forma partilhada. Os capítulos aqui reunidos foram elaborados por pessoas dos dois lados do Atlântico, um dos lados do Índico e Brasil e refletem os encontros proporcionados por seus trabalhos enquanto pesquisadores/as em suas implicações, resultados, desdobramentos e possibilidades de produção colaborativa.

A ideia que nos motivou a realizar este projeto surgiu de conversas que tivemos em caminhadas, almoços, cafés e, sobretudo, nas ricas reuniões do nosso Laboratório de Etnologia em Contextos Africanos (ECO-A-UnB/CNPq)⁴. Uma das questões que tínhamos em mente quando conversávamos sobre esse projeto era como nossos trabalhos de campo se tornam fonte valiosa de experiências e encontros transformadores. Refletíamos sobre as múltiplas oportunidades de relações possibilitadas por nossas pesquisas, que iam muito além daquelas estabelecidas na interação com nossos “interlocutores de campo”. Conforme os textos aqui reunidos deixam entrever, nossa circulação em espaços africanos tem se caracterizado pela multiplicidade: universidades, sedes de ONGs e associações, bairros populares, distritos e localidades rurais, festividades e cerimônias, universo das casas, entre outros. Em cada um deles, estabelecemos vínculos de naturezas variadas, muitos dos quais foram cultivados para além do contexto da pesquisa que os propiciaram, mas como desdobramentos destas.

4 Fundado oficialmente em 2014, o Laboratório de Etnologia em Contextos Africanos (Ecoa) foi iniciativa de um grupo de docentes (Andréa Lobo, Juliana Braz Dias e Wilson Trajano Filho) e discentes do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. O propósito era reunir pesquisadores/as em diversos níveis de formação para desenvolver atividades de promoção de estudos, eventos, pesquisas e publicações que proporcionam reflexões sobre contextos africanos, nomeadamente em duas linhas de pesquisa principais: Etnologia da África Austral e Etnologia da África Ocidental. Ao longo desses anos, o Ecoa veio promovendo diversos tipos de atividades, entre as quais seminários, reuniões de discussão de textos, ciclos de cinema africano, além de extensa produção por parte de seus membros.

Estava em nosso horizonte, assim, receber artigos ou ensaios fotográficos produzidos por, ao menos, dois/duas autores/as: um/a antropólogo/a brasileiro/a e colegas africano/as, sejam eles/as amigos/as conhecidos em campo, interlocutores/as de pesquisa, professores/as, pesquisadores/as, entre outros/as. Para tanto, convidamos todos/as os/as pesquisadores/as vinculados/as ao ECOA e alguns/mas de seus/suas colaboradores/as mais próximos/as. A resposta positiva que obtivemos da maioria, além de nos deixar bastante contentes, nos mostrou que, afinal, nosso projeto conseguira capturar o interesse dos nossos/as colegas, tornando-o plenamente exequível. O passo seguinte foi cada um/a de nós buscar com quem gostaria de partilhar a escrita. A maioria, senão todos, produzimos nossos escritos conjuntos por meio de interações à distância, auxiliados pelas tecnologias disponíveis com o acesso à internet (e-mail, WhatsApp, Facebook, Instagram, Zoom, Google Meet, etc.). O formato e o tema de cada um dos textos da coletânea foram decisão de cada um/a dos/das pesquisadores/as que convidamos, em diálogo com seus/suas próprios/as convidadas/as. À medida que os/as autores/as nos enviavam seus manuscritos, buscávamos um/a parecerista externo/a – mas não anônimo/a⁵ – e dividíamos entre nós a leitura e a produção de pareceres. Assim, os/as autores/as receberam pareceres com comentários e sugestões para o aprimoramento da discussão empreendida. O retorno que tivemos de todos/as não poderia ter sido mais gratificante.

O mote primordial de produção deste livro é, portanto, ressaltar o resultado frutífero dos encontros que nossas pesquisas em contextos africanos podem proporcionar para o debate em nossa disciplina. Entendemos que o exercício antropológico, qualquer que seja, pressupõe a partilha e a relacionalidade. Enquanto conhecimento, este se produz por meio das relações. Se afirmar isso é uma obviedade, parece-nos haver uma certa dificuldade em demonstrar o caráter relacional das etnografias nos textos escritos, melhor dizendo, em uma escrita efetivamente partilhada, o que não se reduz ao debate da autoria e muito menos se restringe às relações entre pesquisadores/as e pesquisados/as (mais à frente desenvolveremos esse ponto). Foi esse o desafio que lançamos! Para nosso regozijo, os textos que se seguem nos devolveram a provocação ao demonstrar a diversidade dos caminhos tomados no sentido de refletir suas relações em textos.

5 A distribuição dos textos a colegas pareceristas sem o duplo-cego normalmente utilizado pelas revistas científicas é mais uma camada de nosso interesse em viabilizar diálogos e partilhas, ampliando para além dos/as autores/as a possibilidade de trocas que visam ao ganho de qualidade dos escritos. Portanto, nosso projeto editorial pretende-se “partilhado” desde sua concepção, elaboração, escrita e avaliação dos textos e, esperamos, também nas leituras futuras.

Isso porque, para o exercício proposto, não pré-definimos um ou mais temas específicos, nem estabelecemos formatos fechados. O material produzido deveria ser fruto de diálogo e evidenciar o caráter de parceria entre antropólogos/as brasileiros/as e sujeitos africanos/as com os/as quais nutrem relações de parceria intelectual e/ou amizade. Nesse sentido, as parcerias aqui aludidas não foram estabelecidas somente para a escrita dos artigos; foram possibilitadas justamente por meio das relações prévias construídas em campo pelos/as envolvidos/as. Ainda que o convite tenha partido de antropólogas e antropólogos brasileiros, nossos/as colegas africanos/as aceitaram de pronto o desafio e a oportunidade de trabalho conjunto.

Dois pontos a ressaltar ainda com relação às nossas intenções neste projeto. Primeiro, não está em nosso horizonte avaliar ou refletir sobre o estatuto dos nossos/as interlocutores/as em nossas pesquisas ou sobre a construção dos dados que produzimos por meio delas, mas de nos aproximarmos de pessoas que conhecemos no campo (ou por meio do campo) para elaborar conjuntamente análises, reflexões ou considerações sobre aspectos dessas pesquisas. Segundo, nosso interesse na coautoria não significa aqui a produção de textos dialógicos (Tedlock, 1986; 1987) e polifônicos (Clifford, 1998), ao modo de alguns experimentos textuais surgidos no âmbito do processo de autocrítica que marcou a acalorada discussão antropológica na primeira metade da década de 1980⁶. No que se refere a tal debate, compartilhamos da crítica de Lila Abu-Lughod em *A escrita das mulheres: histórias beduínas*, segundo a qual “a experimentação com técnicas de escrita etnográfica” serviu mais para “aliviar o desconforto dos antropólogos com seu poder sobre seus informantes” (2020, p. 63).

Tal como desenvolveremos no decorrer desta introdução, assumimos que as assimetrias de poder e recursos sempre vão existir e permear nossas relações em campo e fora dele, podendo ser manifestadas de distintas maneiras e, como é o caso de algumas das parcerias que conformam os capítulos dessa coletânea, nem sempre na mesma direção. Entendemos que assimetria pode tanto significar diferença quanto desequilíbrio e, se este último pode e deve ser evitado, as diferenças de posições são inerentes às relações sociais, não sendo diferentes nas situações de pesquisa. Nesse sentido, assimetrias

6 Para uma leitura bastante elucidativa e crítica sobre esse momento, com foco na presença do autor em textos etnográficos, ver Caldeira (1988). Para um amplo panorama sobre experimentos e modalidades textuais baseados em pesquisas etnográficas, ver Tedlock (1991).

podem ensejar trocas frutíferas ao confrontar pontos de vistas distintos e, por que não, complementares⁷.

Esse é o tipo de parceria a que recorreremos como pedra fundamental desta coletânea. Um tipo de diálogo que não pressupõe o apagamento das disparidades entre as posições ocupadas por cada um/a dos/as autores/as em seus universos relacionais. Ao escrevermos juntos/as, ambicionamos transformar em reflexões escritas as relações com aqueles/as que tiveram lugar importante (e muitas vezes especial) em nossas trajetórias de pesquisa, convidando-os/as a partilhar mais uma vivência conjunta. Ainda, ao propormos juntas o projeto que agora vem a público, nos interessava colocar em questão alguns tropos que têm permeado os debates epistemológicos e metodológicos em nossa disciplina. O que nos movia (e ainda move) era pensar na vivacidade das relações e dos conhecimentos que os encontros antropológicos possibilitam e que podem tomar forma em escritos (mas não só).

Ao propormos escritas partilhadas de forma livre aos/às nossos/as colegas, arriscamos navegar por um projeto editorial que poderia nos levar a lugares não imaginados previamente, porém, o que recebemos em retorno foi um conjunto de textos que “bagunçava” as máximas sobre as relações entre pesquisador/a X interlocutor/a, estar lá X estar aqui, sublinhava a diversidade de relações construídas e nos permitiu adentrar sobre as complexas posições em campo e na escrita. Nesse sentido, tal coletânea nasce das trocas de ideias, impressões, incômodos e vontade de contribuir entre nós, duas antropólogas de gerações distintas e unidas por visões e interesses com muitas interfaces, e que se expandiu para muito além do que entendíamos ser os universos de partilha que nossas pesquisas constroem.

Utilizamos a ideia de partilha não somente no sentido referencial do termo, ou seja, como um ato de divisão, de compartilhamento de algo com alguém, mas sobretudo como um procedimento de produção antropológica. Mais do que constatar que o conhecimento é sempre fruto de colaborações, propomos aqui que partilhar a escrita é colocar em ação o ato mesmo da concepção desse conhecimento. A partilha não se refere somente à escrita e ao exercício de reflexão intelectual, mas a tudo o que está implicado na elaboração do que

⁷ Os capítulos de Carla dos Santos, Eloisa Freire Gonçalves e Vinícius Venancio e de Sara Morais e Venâncio Mbande Júnior são bons exemplos de como os pressupostos de que as diferenças de posições que seguem em uma dada direção podem ser amplamente embaralhadas – provocando ricos diálogos – quando antropólogos/as se dispõem a “pensar junto” com *experts* locais.

apresentamos nesta coletânea, desde o processo de reencontro entre sujeitos que se conheceram em situações de pesquisa, passando pelo alinhamento criativo dos temas a serem abordados conjuntamente, até a finalização e divulgação do trabalho publicado.

Nossa proposta, portanto, é a produção de uma antropologia partilhada. Nutrimos a expectativa de que não somente pesquisadores dedicados aos estudos em contextos africanos se interessem pela coletânea, mas também todos aqueles (discentes e docentes da antropologia e das demais ciências sociais, pesquisadores de áreas afins, etc.) que se interessem por formas partilhadas de escrita, por procedimentos alternativos de produção de dados qualitativos, por experiências de pesquisa que têm na troca de reflexões o lugar ímpar de produção de conhecimento e por uma antropologia que se nutre de uma noção de troca que sabe que o dar, o receber e o retribuir não é desinteressado (Mauss, 2018).

É prudente sublinhar que temos ciência de que iniciativas similares marcam a história de nossa disciplina e têm sido foco de atenção de antropólogos/as atentos e críticos à produção de nosso conhecimento (Asad, 1973; Hilda Cooper, 1947). Além disso, em um momento em que o campo antropológico se encontra empenhado na produção de etnografias realizadas por sujeitos pertencentes a seu próprio campo, de autoetnografias (Goldschmidt, 1977; Versiani, 2005; Griffin, 2012; Bochner ; Ellis, 2000; Gama, 2022; Damásio, 2022) e outras formas consideradas não hegemônicas de construção do conhecimento científico, é oportuno recordarmo-nos que os chamados “nativos” da antropologia dita “clássica” tem produzido pesquisa e análise etnográficas há muito mais tempo do que os burburinhos em torno da produção antropológica contemporânea deixa entrever⁸.

Está fora do escopo desta Introdução a discussão sobre as antropologias que têm sido produzidas por pesquisadores africanos, incluindo sua variedade temática e abordagem metodológica. Deixaremos esse instigante balanço bibliográfico para outro momento. Gostaríamos somente de enfatizar

8 A tese de mestrado de Jomo Kenyatta é um desses casos. Trata-se da monografia *Facing Mount Kenya. The Tribal Life of the Kikuyu*, “a primeira monografia acadêmica, de âmbito antropológico, produzida por um africano sobre o seu próprio povo” (Peatrik, 2020: 1), a qual teve orientação de Bronislaw Malinowski. Foi publicada em 1938, sem muita repercussão à época. Somente mais tarde, no contexto das diversas movimentações que estiveram no centro dos processos de descolonização, Kenyatta se destacou entre intelectuais franceses e africanos na diáspora e seu livro passou a ser lido. Tornou-se o primeiro presidente da República do Quênia em 1964.

a existência de pulsantes pesquisas atuais realizadas por intelectuais africanos em e sobre África. As mudanças que caracterizam a cena africana contemporânea têm sido o foco de análises que buscam nas respostas dadas pelos jovens a respeito da crise dos modelos comunitários, das estruturas de autoridade da gerontocracia e das relações de gênero (Honwana; De Boeck, 2005, p. 2) a revisão de muitos dos pressupostos canônicos de nossa disciplina. Esse é um tema que tem produzido pesquisas de ponta no continente, e cujas interpretações e análises tensionam e desafiam os estudos antropológicos sobre parentesco, ritos de iniciação, grupos etários, política, entre outros. Os usos das redes sociais e outros meios de plataformas online por parte de sujeitos africanos – especialmente os jovens – têm igualmente produzido reflexões profícuas sobre formas alternativas de atividade política (Tsandzana, 2023).

No universo de antropólogas africanas mulheres, temos uma diversidade de autoras que vêm não só refletindo sobre as imposições teóricas e as importações de quadros conceituais que são exógenas às produções e às agendas de pesquisa das ciências sociais em contextos africanos (Oyewùmí, 2004, 2011; Tamale, 2011), mas que têm se posicionado politicamente nos diálogos acadêmicos nacionais e internacionais pela urgência de programas de produção científica engajados nas realidades locais. Como afirma a antropóloga caboverdiana Celeste Fortes, trata-se de uma reivindicação de um lugar de interlocução entre pares acadêmicos em que as duas partes sejam valorizadas (Fortes, 2016).

O tópico exigiria mais desdobramentos e exemplos analíticos, principalmente no que concerne à antropologia feita em territórios coloniais. Sem negar a violência e os absurdos cometidos por administradores e tantos outros atores, uma bibliografia crítica – tanto antropológica quanto histórica – tem demonstrado diversas das dinâmicas próprias às situações coloniais em que espaços de negociação, adaptação e reorientação eram possíveis (Cooper; Stoler, 1997; Martin, 2002; Cooper, 2005; Barber, 2018). Em outras palavras, esses autores reconhecem que, apesar do poder colonial ter sido brutal e desumano, a agência africana exerceu notável influência (Trajano Filho; Braz Dias, 2015; Cooper, 2016) em contextos diversos, permitindo a existência de espaços de subversão (Pereira, 2020), de recriação cultural (Valentim, 2021) e de protesto institucionalizado (Morais, 2020; 2022). Além disso, sabemos que a antropologia não foi, somente, “um exercício de refinamento do colonialismo” (Kuper, 1978, p. 8), mas soube dele se afastar e subverter seu propósito.

Um número crescente de pesquisadores/as tem tentado compreender como certos antropólogos em situações coloniais específicas mudaram sua relação com o colonialismo no decorrer das suas trajetórias (Stocking Jr, 1991; Pels; Salemink, 1998; Schumaker, 2001). Conforme afirma Schumaker (2001, p. 7),

esses estudos capturaram o caráter mutável do colonialismo ao longo do tempo e do lugar e apontam para a necessidade de analisar contextos particulares para compreender como a antropologia e as pessoas que eles estudaram negociaram questões de poder e compreensões sobre diferenças raciais e culturais⁹(tradução nossa).

Os incessantes debates sobre descolonização do conhecimento que inundam a academia atualmente nem sempre dão conta de problematizar as múltiplas nuances que a questão exige, concentrando-se em binarismos estanques. Quando o debate começa a ser complexificado com a inclusão de questões de ordem pragmática (e também política) – tais como: quem pode estudar, onde e em que condições? (uma questão quase óbvia, mas que ainda precisa ser colocada); Quais fontes e referências estamos colocando em diálogo em nossos trabalhos?; ou É possível retornar a um passado longínquo, em que não havia opressão? – as narrativas de caráter exclusivamente denunciador precisam ser repensadas e revistas.

Com a elaboração desta coletânea, não temos a pretensão idílica de sanar desigualdades estruturais e históricas, ou propor metodologias inovadoras. Nossa intenção foi propor um desafio exequível a partir dos lugares em que cada um/a de nós se encontrava. Além disso, concordamos com a ideia de que a crítica ao colonialismo não deve recair somente nos modos como os textos são escritos, como pareciam crer os pós-modernos¹⁰, mas sobretudo sobre as condições sociais e políticas de sua produção (Caldeira, 1989). Nosso foco está fundamentado na potencialidade do par relação e interação e como ele é fonte de resultados de trabalho fecundos para a antropologia. É sobre o universo dessas questões que a seção abaixo tratará.

9 Trecho original: “*These studies have captured the changing character of colonialism across time and place and point to the need to look at particular contexts in order to understand how anthropology and the people they studied negotiated issues of power and understandings of racial and cultural difference*”.

10 Referimo-nos aos autores de *Writing Culture*, que será abordado mais à frente.

O fazer antropológico, autoridades e simetrias: o que pode haver entre os polos?

A despeito das várias matrizes teóricas da antropologia atualmente, não resta dúvidas (ou não deveria restar) de que o saber antropológico é produzido no encontro e na troca; as formas que o debate sobre tal encontro têm assumido, entretanto, podem colocar ênfases variadas e, por vezes, equivocadas sobre os diferentes papéis que os/as envolvidos/as nessa relação desempenham. Caldeira (2021, p. 29-30), ao refletir sobre processos de produção de conhecimento, afirma muito acertadamente que

dados em pesquisa social qualitativa é o resultado de encontros, trocas, diálogos, elaborações em conjunto, em que pesem as desigualdades entre as partes. Não existe produção de conhecimento no campo sem colaboração. Não existe significado, dado, que esteja pronto lá fora à espera de ser coletado. Qualquer sentido ou dado que possa existir nas ciências sociais é criado em contextos de diálogo e colaboração.

Tal como sinalizado por Faier e Rofel (2014), o termo “encontro” refere-se a interações em meio a diferenças e, nesse sentido, pode gerar respostas inesperadas e ações improvisadas, assim como negociações com resultados que não podemos prever, as quais podem ir do afeto à violência. Encontros são processos com dinâmicas interculturais e relacionais e, para o caso da antropologia, são tais processos que produzem conhecimentos que emergem de relações envolvendo pessoas e coisas que, à primeira vista, podem ser entendidas como distintas. Enquanto um processo social, os encontros de/nas pesquisas produzem significados, identidades, objetos e subjetividades que estão sujeitos a observações e análises.

Antropólogos/as de diferentes gerações, seja por algum tipo de narcisismo, seja por vigilância epistemológica, têm demonstrado um gosto particular por debater tais encontros. Tal como nos lembra Trajano Filho (1988) por ocasião de um instigante ensaio sobre o que ele chama de “barulho” dos pós-modernos, são algumas as metáforas que têm surgido para a antropologia nos momentos de (auto)questionamentos: diálogo, polifonia, evocação. E, mais recentemente, fusão, simetria, “falar perto” etc. Tais metáforas podem ser lidas como respostas tentativas a questionamentos sobre a própria razão de existência da disciplina face aos desafios vindos de fora e de dentro de suas fronteiras acadêmicas.

Para retomar alguns momentos de efervescência nos quais o projeto antropológico enfrentou indagações à sua própria possibilidade de produção de conhecimento legítimo, seja sobre a cultura dos “outros” seja sobre a sua própria¹¹, vamos “tomar carona” com Trajano Filho (1988) e retomar as críticas mobilizadas por alguns antropólogos estadunidenses com a publicação de *Writing Culture* (Clifford; Marcus, 1986).

Em sua leitura, Trajano Filho argumenta que grande parte dos ensaios que consta desta obra parecia vislumbrar uma possibilidade de um mundo melhor, no qual poder e hierarquia estivessem separados, entrevendo um horizonte além da dominação, “onde ninguém tem o poder de dar feição à estrutura final das estórias contadas coletivamente, nas quais todas as vozes são igualmente ouvidas” (Trajano Filho, 1988, p. 143). Se, de uma forma ou de outra, essa pode ser uma utopia partilhada por muitos/as de nós, cabe a pergunta do autor: o bilhete de passagem para este mundo ambicionado é: “para onde, em que condições, por quanto tempo, quem viaja e quanto custa?” (1988, p. 140).

Trajano Filho (1988) muito bem observa que, dentre os autores da obra, há pelo menos um mais cético¹²: Talal Asad, em seu ensaio intitulado *The Concept of Cultural Translation in British Social Anthropology* (1986). Ao elaborar sobre os limites da tradução na antropologia, o autor não vislumbra um conhecimento antropológico livre das malhas da dominação. Em primeiro lugar, porque reconhece que poder e dominação compõem a condição humana; segundo, porque, de forma particularmente interessante, seu argumento vai no sentido de que, uma vez reconhecidos os limites do fazer antropológico, precisamos articular este fazer e suas escrituras com as condições de poder e dominação, as quais tanto questionamos quanto reproduzimos enquanto saber científico (Trajano Filho, 1988).

11 Outro importante foco de críticas veio pela denominada crítica feminista. Ver: Abu-Lughod, 1991; Collins 1989; Behar, 1993.

12 O único sujeito não branco dentre os autores da coletânea, que contava ainda com uma única contribuição feminina, de Mary Louise Pratt. Tal como chama atenção Lila Abu-Lughod, também na crítica elaborada pelos autores, o livro “deixou de lado dois grupos fundamentais, cujas posições claramente expõem e desafiam as mais básicas de tais premissas: feministas e “mestiços/as” – gente cuja identidade nacional ou cultural é misturada em virtude de migrações, formação educacional no exterior ou origens familiares. Em sua introdução, Clifford desculpa-se pela ausência feminista; ninguém menciona mestiços/as ou antropólogos/as indígenas com quem se relacionam” (Abu-Lughod *et al.*, 2018, p. 193).

Em reflexão anterior, referindo-se à crise da antropologia nos anos 1960, o mesmo Talal Asad (1973) nos alerta sobre a inegável interligação entre a antropologia no pré-guerra e as estruturas de poder colonial e sobre como essas relações afetaram as pré-condições práticas do fazer antropológico. No mínimo, diz o autor, a estrutura de poder colonial tornou acessível o objeto de estudo antropológico. E se isso é verdade, também o é, segundo ele, o equívoco ao se reduzir a antropologia a esse lugar, ou seja, como um simples reflexo da ideologia colonial. De forma semelhante, James Clifford, na introdução de *Writing Culture*, argumenta que “o trabalho etnográfico tem se enredado em um mundo de desigualdades de poder duradouras e cambiantes [...]. Mas sua função dentro dessas relações é complexa, muitas vezes ambivalente e potencialmente contra hegemônica” (Clifford 1986, p. 9).

Dando um salto para o momento atual de nossa disciplina, vemos mais uma vez (ou sempre foi assim?!) em um momento de crítica e proposições de deslocamentos ou viradas do projeto antropológico em suas (im)possibilidades de conhecimento sobre os “outros”. Uma das formas que tais debates assume é o que tem se denominado de: a prática de “falar sobre” (“*speak about*”) (Trinh, 1982; Chen, 1992; Sklair, 2006; Ingold, 2017). Segundo Trinh (1982), por exemplo, tal prática viria carregada de camadas de pressupostos e demonstrações de poder. Rompendo inclusive com movimentos como o de Clifford e seus contemporâneos, a autora/cineasta entende que não é suficiente reorganizar fronteiras e relações, mas é necessário efetuar um deslocamento profundo de paradigmas (Sklair, 2006), que ela vai denominar de “falar perto”, ou seja, uma ênfase no “relacionar-se”.

Confessamos a nossa dificuldade em compreender o deslocamento proposto por Trinh (1982). Em nossa leitura, o “estar perto” que ela propõe consiste em uma versão (nova?) do que entendemos ser o cerne do que o trabalho de campo em antropologia nos possibilita, ou deveria nos possibilitar, ou seja, a oportunidade de sentir, experimentar, refletir. Trata-se de uma possibilidade de praticar uma antropologia que estude com as pessoas, realizando um trabalho de campo como forma de aprendizado, como uma experiência que possa ser transformadora. Um autor que foi recentemente traduzido no Brasil e defende a primazia dos sentidos na produção do conhecimento antropológico é Paul Stoller. Embora não concordemos em absoluto com a proposta deste antropólogo a respeito da escrita de etnografias que (somente) “descrevam os aspectos sensoriais do campo” (2022, p. 39), aproximamo-nos do debate quando

sugere que o “estudo de longa duração de uma sociedade” promove “consideráveis ganhos científicos” (Stoller, 2022, p. 42). Com “longa duração” ele não se refere a um período único e contínuo no tempo, mas em idas e vindas aos lugares (no caso dele, ao Níger) que nos recebem como pesquisadores (e amigos). São essas visitas contínuas – espaçadas ao longo dos anos – e o estabelecimento de “amizades duráveis, construídas sobre uma fundação de confiança mútua” (*id.*) que alargariam, segundo Stoller, a apreensão antropológica sobre os fenômenos estudados, o que inclui a utilização privilegiada de nossos sentidos (audição, olfato, tato, etc.), para além unicamente da visão.

Complementar a esse debate, cabe mencionar que estamos em um momento de intensas reflexões sobre as “novas epistemologias”, das múltiplas possibilidades de uma produção (mais) engajada, do acento na diversidade de vozes e corpos (étnicos, raciais, nacionais, identitários etc.) compondo a comunidade antropológica em vários recantos deste mundo¹³. Se concordamos de alguma forma que antropólogos/as se movem entre mundos nos quais temos diferentes relações com as pessoas, quanto mais diversos os corpos e os lugares de fala de quem pesquisa, mas diversificadas também serão as etnografias produzidas. O potencial disso é extraordinário, se não jogarmos fora com as críticas a singularidade das questões e das respostas que a antropologia tem a colocar para o mundo social. Argumentamos, portanto, a favor de uma antropologia enquanto um tipo de ciência produtora de saber que se assenta na diversidade de pesquisadores/as, das práticas encontradas nas vidas de nossos/as interlocutores/as que se produzem na relação com/entre eles e elas e dos contextos de pesquisa.

Nessa visão otimista de uma produção antropológica cada vez mais heterogênea e dissimile nos olhares sobre os cenários que se debruça em compreender, o que vislumbramos não são envolvimento marcados por simetrias. As formas de desigualdades marcam nossos encontros e relacionamentos construídos a partir deles (Asad, 1973, 1986; Abu-Lughod, 2020; Bourdieu, 1990), incluindo o que damos às pessoas com quem nos relacionamos e o que elas nos dão. Diante disso, podemos fazer uma afirmação e uma pergunta. Quanto mais diversos os antropólogos e antropólogas, mais distintas serão suas questões e suas saídas teórico-metodológicas; e também suas responsabilidades,

13 Cabe ressaltar que todos os corpos são étnicos, raciais, nacionais e/ou identitários, porém, corpos que se pretendem hegemônicos não se pensam assim, daí o debate tomar essa forma.

envolvimentos, dívidas e desigualdades. A pergunta que nos fica é: essas desigualdades excluem as possibilidades de mutualidade? (Abu-Lughod, 2022)¹⁴.

Não nos cabe aqui uma resposta definitiva. Desejamos indicar somente duas linhas de pensamento que podem ser promissoras. Uma delas está inscrita nos universos das relações de parentesco e familiares. Como muito bem sinaliza Sahlins (2013), estes são campos relacionais marcados ao mesmo tempo por relações de poder e de afeto que implicam na “mutualidade do ser” típica desse tipo tão especial de relação. E que, complementado por Carsten (2014), tal mutualidade é tanto fonte de amor quanto de dor. Nesse sentido, alianças, trocas e afetos não pressupõem relações em pé de igualdade, mas reciprocidade.

A segunda via reflexiva é fornecida pela própria Lila Abu-Lughod na conferência já mencionada (na nota 14). Compartilhando do pensamento de que formas de desigualdades são inerentes aos relacionamentos de pesquisa (no campo e na escrita), Lila convida-nos a realizar uma aceitação da verdade. Primeiro a verdade de que, como pesquisadores/as (ainda que cada vez mais diversos/as em nossas origens sócio-étnico-raciais e condições de trabalho), temos nossos privilégios e poderes desiguais. Dito de outra forma, faz-se importante reconhecer as desigualdades estruturais entre antropólogos/as e aqueles/as com os quais eles/elas aprendem (Abu-Lughod, 2022), o que não impossibilita a troca, o dar e o receber de coisas, sentimentos e conhecimentos que acabam por construir “afetos duradouros” ou a “mutualidade de relacionamentos” que forjamos no campo¹⁵. Portanto, a resposta de Lila vem como uma nova pergunta: “as desigualdades no que damos ou recebemos prejudica a possibilidade de construir relacionamentos genuínos que modificam todos/as nós?” (Abu-Lughod, 2022).

Pensamos, juntamente com os/as autores/as aqui elencados, que o que torna a antropologia singular, mesmo com suas muitas falhas, é o fato de que somos humanos tão complicados e complexos quanto aqueles com quem

14 Esta questão foi colocada por Lila Abu-Lughod em sua inspiradora conferência sobre os agradecimentos em antropologia. A conferência ocorreu no contexto da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia e está disponível no Site da TVABA: <https://youtu.be/SF6n-nJpnGQ> (último acesso em 20 de maio de 2023).

15 Paula Balduino de Melo aborda esta mesma questão ao refletir sobre seu lugar de mulher e negra realizando pesquisa entre mulheres negras no Afropacífico. Nas palavras da autora, “a própria ideia de que há uma relação privilegiada entre etnógrafa e informantes mulheres, [...], supõe a existência de uma categoria universal “mulher”. Relações entre pares não devem ser idealizadas; entre mulheres, e entre mulheres negras, também há relações de poder” (De Melo, 2015, p. 23).

nos dispomos a aprender¹⁶. Que esse aprendizado se produz nos encontros. Que tais encontros só o são com as trocas e as alianças produzidas em relação. Que ao trocar permitimos que mundos se atravessem. E que os atravessamentos não produzem verdades, mas as possibilidades de nos expandirmos mutuamente apesar ou graças às distâncias.

O que nos parece ser uma questão que permanece nestes interessantes (e incessantes) processos periódicos de autocrítica é uma dificuldade de pensarmos sobre a nossa situação enquanto pesquisadores/as e, a partir desta, refletir sobre o que fazemos e experimentar novas formas – mais criativas, mais experimentais – de construir a partir de nossos encontros. E, parece óbvio, experimentar se faz experimentando, e não em exercícios prolixos que anunciam ou buscam fundamentar a experimentação. Como sugere Teresa Caldeira na epígrafe desta Introdução, o processo de pesquisa é incerto, mas é justamente essa incerteza que abre possibilidades para experimentos e invenções. Experimentemos no nosso fazer, a partir de nossos lugares situados e valorizando a existência de antropologias (isso, no plural), pois elas não são as mesmas se percebemos os/as pesquisadores/as como seres situados – em suas posições diversas (de etnia, raça, gênero, classe etc.), com questões distintas e com racionalidades múltiplas. Como afirma Luena Pereira, para o caso de uma suposta “antropologia brasileira”:

se a antropologia é feita por um “nós” que estuda o “outro” brasileiro, qual seria o lugar dos brasileiros negros, indígenas e camponeses que eventualmente se tornam pesquisadores e estudam universos nos quais eles próprios têm proximidade ou pertencimento? Ou, dito de um outro modo, em que nível epistêmico se situa a chamada “alteridade” que torna possível ser feita a antropologia no e do Brasil? Dito de forma mais provocativa, “Nós quem, cara pálida?” (Pereira, 2020, p. 8).

Chamar atenção para isso significa reconhecer que os diálogos complexos a partir dos quais se produz o conhecimento antropológico incorporam saberes multissituados não somente para fora, na tal relação entre pesquisador/a e pesquisado/a, mas que as “posicionalidades” cada vez mais compõem nosso campo e com o potencial de produção de intensas e arejadas trocas de ideias.

16 Como há muito tempo afirmou Michel Leiris, a etnografia é produto da interação entre semelhantes, portanto, não cabe indiferença com relação à condição do outro (Leiris, 2011, p. 200).

Alguns são os nossos objetivos ao resgatar os debates acima. Primeiramente, compreendemos que as reflexões críticas sobre o nosso ofício são não só pertinentes quanto necessárias, revelando inquietações sobre ética de pesquisa e sobre as relações que temos ou podemos ter com as pessoas com as quais pesquisamos e/ou escrevemos. Dito isto, argumentamos que, entre os polos da autoridade e da simetria, há um amplo espectro de possibilidades de relações. Assim como afirma Abu-Lughod (2020), tal caminho aponta para o entendimento de que não podemos escapar às posições situadas de todos/as os/as envolvidos/as nos encontros que nossas pesquisas produzem. Para nós, esse é um fator de soma e não de divisão. Juntamente com Said (1989), pensamos que as representações antropológicas carregam elementos tanto do mundo que representa quanto daquilo ou daqueles que são representados, e aí está o que faz da antropologia algo especial: a possibilidade de reproduzir ou de se opor aos poderes dominantes, ainda que a decisão a esse respeito não esteja somente em nossas mãos.

Sendo assim, junto com Lobo e Teixeira (2020), entendemos que dentre os desafios que permeiam os encontros antropológicos, devemos nos beneficiar de modo efetivo da perspectiva de que é parte integral da nossa concepção do fazer etnográfico o exercício constante e sistemático de redirecionar a pesquisa a partir do que se apreende do diálogo que tais encontros possibilitam. Isso para nós não é simplesmente uma questão de método, mas um pressuposto epistemológico (Lobo; Teixeira, 2020). Essa é a diferença fundamental entre o de/sobre e o com, já tão debatida em nossas reflexões sobre o fazer antropológico.

Indo além, tal prática certamente pode ser transformadora para ambos os lados da relação, se pesquisadores/as colocam em diálogo não somente os dados ou distintas visões de mundo e modos de vida (trazendo seu próprio mundo para o diálogo), mas quando ele ou ela dialogam com seus/suas interlocutores/as também sobre seus *insights*, suas interpretações, suas hipóteses, dando oportunidade ao/à outro/a de pensar sobre si mesmo/a em novos ou outros termos (Lobo; Teixeira, 2020). Em tempos em que tanto se fala em devolutivas, essa pode ser uma forma respeitosa de restituir as nossas pesquisas aos/às nossos/as interlocutores/as e tantos outros agentes aos quais nos relacionamos em campo: enxergando-os/as como pares. Este é o espírito que permeia os capítulos que compõem essa coletânea, expressar as potencialidades transformadoras dos diálogos que constroem saberes de ambos os lados. Isso porque as relações

com as pessoas que compõem nossos universos de pesquisa não se encerram no trabalho de campo, elas devem ser nosso foco primordial na escrita ou outras formas de produção de conhecimento antropológico – produção que amplia as possibilidades de diálogos para muito além do diálogo acadêmico.

Os diálogos produzidos pelo livro

Antes de entrarmos no teor dos textos desta coletânea, um ponto importante deve ser destacado a propósito dos locais de pesquisa dos/as autores/as. A preponderância de pesquisas realizadas em contextos cabo-verdianos e moçambicanos chama atenção no conjunto dos artigos que compõem esta coletânea. Ainda que essas delimitações geográficas não tenham sido deliberadas, não podemos deixar de notar que se trata de projetos de investigação pautados, em grande medida, pelas redes de formação intelectual construídas pelo/as autores/as em universidades brasileiras.

Andréa Lobo, com larga experiência de pesquisa em Cabo Verde, tendo sido orientada por Wilson Trajano Filho, orientou quatro dos autores que aqui contribuíram: Francisco Miguel (mestrado e doutorado), André Omisilê Justino (mestrado e doutorado), Vinícius Venancio (graduação, mestrado e doutorado) e Lara Noronha Xavier (graduação, mestrado e doutorado). Thaíse Oliveira Torres Monteiro, em coautoria com Lara, foi orientada na graduação pela professora Juliana Braz Dias. Um caso de coorientação que produziu pesquisa no mesmo contexto é o do João De Regina que, seguindo os passos do seu professor Omar Thomaz Ribeiro, escolheu Moçambique como destino para suas investigações de mestrado e doutorado. Sara Morais, que realiza pesquisa em Moçambique desde o mestrado (com orientação da professora Kelly Silva neste caso), foi orientada no doutorado pelo professor Wilson Trajano Filho. Por fim, Albert Farré, com larga experiência de pesquisa no continente africano, juntou-se ao Ecoa em 2014, quando passou uma temporada no Departamento de Antropologia da UnB em função de uma bolsa de pós-doutorado.

Para além desses aspectos, como o/a leitor/a poderá observar, os temas abordados nos artigos aqui reunidos frequentemente extrapolam as circunscrições territoriais do Estado-nação. Nossos interlocutores e problemas de pesquisa ensinam-nos a todo momento que: a) os espaços físicos são mais bem apreendidos como zonas de relacionamento social (Kopytoff, 1977); b) as fronteiras entre países são, majoritariamente, delimitações arbitrárias, pois,

“a intensidade e a multidirecionalidade dos movimentos e dos fluxos criam espaços intersticiais livres, regiões indefiníveis que não oferecem um solo seguro para a ancoragem do poder totalizador do Estado” (Trajano Filho, 2010, p. 11); c) etnias não são universos fechados (Amselle; M’bokolo, 2017, p. 13). Assim, embora as pesquisas de onde originaram os artigos desta coletânea tenham sido realizadas em Cabo Verde e Moçambique, as referências a outros países como Angola, Guiné-Bissau, Senegal, África do Sul, Gana e Zimbábwe, assim como a outros grupos sociais espalhados por outros territórios africanos, abundam nos textos aqui coligidos.

Como organizadoras, não exigimos dos autores ponderações analíticas sobre suas experiências de pesquisa em contextos africanos. Embora reflexões a esse respeito apareçam em alguns textos, é interessante observar que elas não pareceram ter instigado maiores aprofundamentos. É relevante pensar nesse ponto porque ele não suscitou nenhum tipo de experimento autocentrado; ao invés disso, temos textos ricos em dados etnográficos, o que nos parece ser mais uma das qualidades dessa produção partilhada. Ao tomarmos o livro em sua totalidade, não deixamos de pensar como a relação de amizade, de parceria de trabalho e pesquisa e, sobretudo, como a confiança depositada mutuamente permitiu que os/as autores/as desenvolvessem com seriedade e criatividade temas caros às vidas e carreiras de cada um/a, conjugando-os em escritas únicas elaboradas a várias mãos. Se os temas são variados, os formatos dos textos também o são.

Alcinda Honwana abre a coletânea com suas reflexões sobre “Juventude e participação política em África”. A contribuição da autora é fruto das pesquisas que vêm realizando nos últimos anos em alguns países africanos – África do Sul, Angola, Argélia, Moçambique, Senegal, Sudão, Tunísia – e que nos foi apresentada originalmente em evento organizado pelo Ecoa em parceria com o Comitê Estudos Africanos da ABA¹⁷, por meio da mediação de Sara Morais e Vinícius Venancio, que também traduziram o texto. Alcinda ampliou o texto e, generosamente, enviou-nos uma robusta contribuição analítica sobre novas formas de engajamento político por parte da juventude africana. A luta por mudanças socioeconômicas e estratégias de ativismo e emancipação políticos são o mote central do artigo. Estruturado em três ângulos principais (*para além do líder, para além da rua e para além do local*), a autora problematiza,

17 O webinar está disponível no canal do YouTube do Departamento de Antropologia da UnB: <https://www.youtube.com/watch?v=F22vfZhzQqk&t=362s>. (Último acesso: 16 jun. 2023).

de maneira instigante, um dos assuntos mais significativos do continente africano atualmente, qual seja, os movimentos criativos de jovens (“A África é o continente mais jovem do mundo”, afirma a autora) em busca de mudanças efetivas em suas sociedades¹⁸.

O capítulo 2 – “As mobilidades e seus (bons) encontros: sobre trajetórias individuais, acolhimentos e diálogos”–, escrito por Claudio Furtado e Andréa Lobo, é um texto criativo, cuidadoso e denso sobre as trajetórias profissionais e pessoais dos dois pesquisadores/autores e seus fluxos entre Cabo Verde e Brasil. A partir de uma escrita em formato de uma prazerosa conversa, Furtado e Lobo presenteiam-nos com discussões temáticas que transitam pelas tramas de suas experiências. Tais temas, que perfazem os universos de pesquisa de ambos em Cabo Verde, mas não só (mobilidades, campo de estudos sobre África no Brasil, colonialismo, migrações, dinâmicas familiares, gênero, institucionalização das ciências sociais em Cabo Verde, cooperação universitária, questões raciais, pensamento social cabo-verdiano, entre outros), são entremeados pelos momentos históricos e pelas transformações políticas que cada um viveu em seus contextos de (trans)formação. O diálogo frutífero entre esses dois experientes intelectuais é um convite de leitura obrigatório para aqueles que anseiam por uma abordagem crítica de algumas das dinâmicas societárias que se impõem em Cabo Verde contemporaneamente.

Nelson André Mugabe e Francisco Miguel assinam juntos o texto intitulado “Conexão Brasil-Moçambique: dois jovens pesquisadores das sexualidades africanas em diálogo” (capítulo 3), resultado de uma entrevista realizada entre ambos. Entremeando trajetórias pessoais e suas percepções sobre os campos da antropologia, o capítulo aborda dilemas geracionais, os caminhos possíveis das antropologias feitas entre Brasil e Moçambique e reflexões sobre as temáticas de gênero e sexualidade em contextos africanos. Além disso, oferecem aos leitores uma série de referências acadêmicas moçambicanas sobre esse tema, ainda pouco conhecido pelo público brasileiro. Tal como o caso de Andréa Lobo e Claudio Furtado em outro momento geracional, estamos diante de pesquisadores que transitaram entre estes dois países, trazendo em suas trajetórias as possibilidades de diálogos entrecruzados e as possibilidades comparativas.

18 A contribuição de Alcinda nos traz ainda a oportunidade de conhecer a produção de uma pensadora africana que, embora moçambicana, tem sua obra produzida majoritariamente em língua inglesa. O esforço de traduzi-la possibilita o acesso de suas reflexões ao público leitor em português, sendo a tradução de autoras africanas não só um esforço acadêmico, mas um exercício político.

“Uma homenagem a Maria: pensando mutualidade do ser e fazer família nas relações de campo etnográfico” (capítulo 4), de André Omisilê Justino, é uma sensível reflexão sobre as relações de cuidado mútuo nos contextos de pesquisa. Ao publicizar sobre seu encontro, André e Maria, coautora oculta do texto, nos falam da construção cotidiana de afetos e partilhas que criam uma mutualidade (Sahlins, 2013) tal que nos fazem parentes, pertencentes uns aos outros. Um tipo de relação que transforma deslocamento em acolhimento e, como diz Lila Abu-Lughod ao relembrar sua relação com sua família anfitriã: não éramos família, mas agíamos como se fossemos, queríamos que fossemos apesar de todas as distâncias e diferenças (Abu-Lughod, 2022). O texto nos revela a delicada construção de cumplicidade e corresponsabilidade que marcam relações duradouras, como as familiares e como podem ser as que nascem das pesquisas antropológicas.

O capítulo 5, “O *lovolo* em mudança no Distrito de Funhalouro: a possível resiliência de formas tradicionais de pagamento matrimonial”, é resultado da colaboração entre Albert Farré, Henrique Francisco Litsure e Ilídio Armando. Desdobramento de uma pesquisa em colaboração em diversas etapas, desde o trabalho de campo até a análise dos dados e escrita, as reflexões contidas no capítulo fazem-nos pensar sobre as possibilidades do trabalho em equipe no fazer antropológico. Os autores conduzem-nos para a instigante temática do *lovolo* contemporâneo entre as populações de Funhalouro, Moçambique, enfocando nas mudanças que foram moldando tal instituição ao longo do tempo e em sua resiliência.

Em “Mãos de Cabo Verde: caminhos e desafios da produção do artesanato ‘genuinamente’ cabo-verdiano” (capítulo 6), escrito por Carla dos Santos, Eloisa Freire Gonçalves e Vinícius Venancio, as autoras pensam analiticamente sobre as mudanças no campo do comércio de *souvenirs* no arquipélago a partir do projeto intitulado “Mãos de Cabo Verde”. O capítulo é resultado de um encontro frutífero a partir de interesses complementares durante o trabalho de campo de Vinícius Venancio, período em que Carla e Eloisa também se debruçavam na produção de dados e reflexões sobre suas experiências como coordenadoras do referido projeto. Foi da cooperação em torno do projeto que nasceu a parceria entre pessoas que, em posições diferentes e interesses distintos, traçaram um caminho comum não só em suas escritas – projetos, dissertações, artigos, relatórios – mas na coconstrução da própria ideia de “genuinamente” cabo-verdiano no âmbito dos *souvenirs* e do debate sobre o turismo em Cabo Verde.

O capítulo 7, intitulado “Projetos ‘Desenvolvimentistas’ e apontamentos sobre a noção de desenvolvimento entre escalas global e local em Moçambique”, de autoria de João De Regina Cassalho e Zacarias Milisse Chambe, discute um tema que tem estado na ordem do dia no continente africano, a questão da implementação de projetos de desenvolvimento e sua relação com as populações locais. A maneira como o fazem, entretanto, é inovadora. Os autores se desafiaram a colocar em relação dados de suas pesquisas realizadas por cada um deles em duas regiões de Moçambique separadas por longa distância geográfica. O “conteúdo polissêmico” da categoria desenvolvimento, tal como trabalhado por eles no texto, revela sentidos, expectativas e interpretações locais (em cada um dos contextos estudados) sobre o que essa palavra pode transmitir, significar e fazer. A inovação recai no modo como analisam em paralelo dois contextos tão distintos de modo articulado, desnudando questões críticas a respeito do Estado moçambicano, do colonialismo e pós-colonialismo por meio de excelentes dados etnográficos e do confronto com uma extensa bibliografia.

Sara Morais e Venâncio Mbande Júnior são os autores do capítulo 8, “Os caminhos de Venâncio Mbande e suas *timbila*: práticas de reprodução em Zavala”. Os autores percorrem a trajetória de Venâncio Mbande desde seu primeiro contato com a prática musical, as circunstâncias que o levaram ao trabalho em uma mina na África do Sul (onde desenvolveu suas habilidades com as *timbila*) até seu retorno a Moçambique. No centro dos interesses do texto está o destrinchar do papel desempenhado por Venâncio na reprodução das *timbila* em Zavala em um período em que Moçambique passava por rápidas e profundas transformações. Um dos autores é timbileiro e filho do protagonista dessa narrativa, a outra pesquisadora brasileira que se interessou sobre o processo de patrimonialização das *timbila*; ambos se conheceram na província de Inhambane e, a partir desse encontro, construíram mutuamente diálogos e críticas que moldaram suas percepções sobre tais processos. Unidos, de uma forma ou de outra, por trajetórias como as de Venâncio Mbande, Sara e Vanancio Jr, nos brindam com uma fina elaboração não só da vida de Mbande pai, mas das *timbila* e de um Moçambique pós-colonial.

O capítulo 9, assinado por Lara Noronha Xavier e Thaíse Oliveira Torres Monteiro e intitulado “‘Biografias de Mulheres Africanas’: Conhecer ‘o outro’ para nos conhecer”, consiste em uma entrevista que retrata, mais uma vez, a proficuidade dos encontros entre pesquisadores/as brasileiros/as e africanos/as dedicados/as e dispostos/as a construir novos caminhos dialógicos não só entre si, mas na construção de um novo lugar para os espaços africanos e suas

diásporas do passado e do presente. Foram entrevistados/as Patrícia Godinho Gomes, José Rivair e Thuíla Ferreira, pessoas de referência na concepção e execução do necessário projeto “Biografias das Mulheres Africanas”. O projeto é pioneiro no intuito de disponibilizar para o público falante do português, uma gama de informações sobre personagens femininas do continente africano que são preciosas não só para o público mais amplo, mas para pesquisadores/as que desejem navegar por múltiplos domínios de pesquisa. É para nós uma honra partilhar aqui essa importante e fundamental iniciativa.

É preciso mencionar que diversas das pesquisas que são objeto de reflexão dos/as autores/as desta coletânea foram atravessadas pela pandemia de Covid-19, que marcou nossas vidas e trajetórias profissionais de forma inequívoca no início de 2020. De maneira semelhante, o projeto de reunião de nossos textos em formato de coletânea nasceu em meio às incertezas e tentativas de saída do cenário pandêmico, mas não só. Criar projetos, seguir pesquisando e refletindo a partir de nossos distintos lugares dentro de universidades públicas brasileiras nos anos de um governo declaradamente contrário à ciência e à educação (2019-2022) mostrou-se um desafio, mas sobretudo um ato de resistência. Ver tal projeto vindo a público em 2023, um ano de esperança, obriga-nos a reconhecer que valeu a pena seguir.

Em reflexão sobre o papel da ciência e os rumos dos estudos africanos no pós-pandemia mundial de Covid-19, Van Wolputte, Greiner e Bollig (2022) sugerem que parte da contribuição científica (para o mundo?) precisa ser a produção de abordagens colaborativas. Não sabemos exatamente ainda que rumos nossa antropologia feita em espaços africanos tomará nesses novos tempos, mas aceitamos o desafio do trabalho concretizado nesta coletânea. E o finalizamos com o sentimento de que nossas pesquisas se enriqueceram e nossos laços de parceria e amizade se estreitaram.

Resta-nos agradecer aos/às autores/as não só por terem embarcado conosco neste desafio de escrita, mas pelo fato de o terem realizado de forma plena, densa e criativa. Por fim, gostaríamos de tornar público nosso agradecimento sincero às antropólogas e antropólogos que colaboraram com excelentes pareceres aos capítulos desta coletânea: Aline Miranda, Ana Clara Damásio, Crisanto Barros, Elisabeth Defreyne, Gianira Ferrara, Inácio Dias de Andrade e Rodrigo Ramassote.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila; DO REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva; DURAZZO, Leandro. A escrita contra a cultura. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018.
- ABU-LUGHOD, Lila. *A escrita dos mundos de mulheres: histórias beduínas*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.
- ABU-LUGHOD, Lila. Agradecimentos de uma antropóloga [Conferência]. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33., 2022, Curitiba, TV ABA. Disponível em: <https://youtu.be/SF6n-nJpnGQ>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). *No centro da etnia: etnias, tribalismo e estado na África*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ASAD, Talal (Ed.). *Anthropology & the colonial encounter*. London: Ithaca Press, 1973.
- ASAD, Talal. The concept of cultural translation in British social anthropology. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Orgs.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 141-164.
- BARBER, Karin. *A history of African popular culture*. New York: Cambridge University Press, 2018.
- BOCHNER, Arthur; ELLIS, Carolyn. Autoethnography, personal narrative, reflexivity. In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Orgs.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 733-768.
- BOURDIEU, Pierre. *The logic of practice*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21, p. 133-157, julho de 1988.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes. *BIB*, n. 27, p. 3-50, 1989.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Desigualdade e legitimidade: problematizando a produção de conhecimento social. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*, v. 33, n. 3, p. 21-45, 2021.
- CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. *R@u*, v. 6, n. 2, p. 103-118, 2014.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Orgs.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- COOPER, Frederik; STOLER, Ann Laura (Eds.). *Tensions of Empire. Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley: University of California Press, 1997.

- COOPER, Frederik. *Colonialism in Question. Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- COOPER, Frederick. *Histórias de África: Capitalismo, modernidade e globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- COOPER, Hilda. *An African Aristocracy: Rank among the Swazi*. Oxford: Oxford University Press, 1947.
- DAMÁSIO, Ana Clara. Isso não é uma autoetnografia. *Mediações*, v. 27, n. 3, p. 1-14, 2022.
- DE MELO, Paula Balduino. *Matronas afropacíficas: fluxos, territórios e violências. Gênero, etnia e raça na colômbia e no equador*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- FAIER, Lieba; ROFEL, Lisa. Ethnographies of encounter. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, p. 363-377, 2014.
- FORTES, Celeste. Teorias que servem e teorias que não servem: dinâmicas familiares e de gênero em Cabo Verde e os desafios da importação teórica. In: LOBO, Andréa; BRAZ DIAS, Juliana. *Mundos em circulação: perspectivas sobre Cabo Verde*, Brasília: ABA Publicações, LetrasLivres; Cidade da Praia: Edições Uni-CV, 2016. p. 337-374.
- GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.
- GOLDSCHMIDT, Walter. Anthropology and the coming crisis: an autoethnographic appraisal. *American Anthropologist*, Washington, v. 79, n. 2, p. 293-308, 1977.
- GRIFFIN, Rachel Alicia. I am an angry black woman: Black feminist autoethnography, voice and resistance. *Women's Studies in Communication*, Philadelphia, v. 35, n. 2, p. 138-157, 2012.
- HONWANA, Alcinda; DE BOECK, Filip (Eds.). *Makers and Breakers: children and youth in postcolonial Africa*. Oxford: James Currey, 2005.
- INGOLD, Tim. Anthropology contra ethnography. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, v. 7, n. 1, p. 21-26, 2017.
- KOPYTOFF, Igor. Matrilineality, residence, and residential zones. *American Ethnologist*, n. 4, p. 539-558, 1977.
- KUPER, Adam. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- LEIRIS, Michel. O etnógrafo perante o colonialismo. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 199-218.
- LOBO, Andréa; TEIXEIRA, Carla. Pesquisando “entre” pesquisadores. Novos desafios ao fazer etnográfico? In: TEIXEIRA, Carla; CASTILHO, Sergio. *IPEA – Etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos*. Rio de Janeiro: ABA Publicações; AFIPEA, 2020. p. 75-108.

- MARTIN, Phyllis. *Leisure and society in Colonial Brazzaville*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ubu, 2018.
- MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- MORAIS, Sara S. *O palco e o mató: o lugar das timbila no projeto de construção da nação em Moçambique*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- MORAIS, Sara. Os tempos do *Mzabo*: práticas de construção de memória e processo de patrimonialização em Moçambique. *Lusotopie*, v. XXI, n. 1, p. 1-19, 2022.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing gender: the Eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. Dakar: CODESRIA, 2004. p. 1-8. (CODESRIA Gender Series. Volume 1).
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Decolonizing the intellectual and the quotidian: Yorùbá scholars(hip) and male dominance. In: OYEWÙMÍ, Oyèrónké (Org.). *Gender epistemologies in Africa gendering traditions, spaces, social institutions, and identities*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- PEATRIK, Anne Marie. Rivalidades e diálogos em torno da etnografia malinowskiana de Jomo Kenyatta. *Bérose – Encyclopédie Internationale des histoires de l'anthropologie*, 2020. Disponível em: <https://www.berose.fr/article1806.html>. Acesso em : 24 jul. 2023.
- PELS, Peter; SALEMINK, Oscar (Eds.). *Colonial subjects: essays in the practical history of anthropology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.
- PEREIRA, Matheus Serva. “*Grandiosos batuques*”: tensões, arranjos, experiências coloniais em Moçambique (1890-1940). Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2020.
- SAHLINS, Marshall. *What kinship is-and is not*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- SAID, Edward W. Representing the colonized: anthropology’s interlocutors. *Critical Inquiry*, v. 15, n. 2, p. 205-225, 1989.
- SCHUMAKER, Lyn. *Africanizing Anthropology: fieldwork, networks, and the making of cultural knowledge in Central Africa*. Durham; London: Duke University Press, 2001.
- STOCKING JR., George W. (Ed.). *Colonial situations: essays on the contextualization of ethnographic knowledge*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991. (History of Anthropology 7).
- STOLLER, Paul. *O gosto das coisas etnográficas: os sentidos na antropologia*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2022.
- TAMALE, Sylvia. Researching and theorising sexualities in Africa In: TAMALE, Sylvia (Ed.). *African sexualites: a reader*. Cape Town: Pambazuka Press, 2011. p. 11-46.

- TEDLOCK, Barbara. From participant observation to the observation of participation: the emergence of narrative ethnography. *Journal of Anthropological Research*, v. 47, n. 1), p. 69-94, 1991.
- TEDLOCK, Dennis. A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica. *Anuário Antropológico*, v. 10, n. 1, p. 183-202, 1986.
- TEDLOCK, Dennis. Questions concerning dialogical anthropology. *Journal of Anthropological Research*, n. 43, p. 325-337, 1987.
- TRAJANO FILHO, Wilson (Org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora; Associação Brasileira de Antropologia, 2010.
- TRAJANO FILHO, Wilson; DIAS, Juliana Braz. O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social. *Anuário Antropológico*, v. 40, n. 2, p. 9-22, 2015.
- TSANDZANA, Dércio. Reporting on everyday life: practices and experiences of citizen journalism in Mozambique. In: MATSILELE, Trust; MPOFU, Shepherd; MOYO, Dumisani (Eds.). *New Journalism Ecologies in East and Southern Africa: innovations, participatory and newsmaking cultures*. Cham: Palgrave Macmillan; Springer, 2023.
- VALENTIM, Cristina Sá. *Sons do Império, Vozes do Círculo: Canções cokwe e Memórias do Trabalho Forçado nas Lundas, Angola*. Amares: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2022.
- VAN WOLPUTTE, Steven; GREINER, Clemens; BOLLIG, Michael (Eds.). *Futuring Africa: an introduction*. In: GREINER, Clemens; VAN WOLPUTTE, Steven; BOLLIG, Michael. *African futures*. London: Brill, 2022.
- VERSIANI, Daniela. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: Letras, 2005.